vinetur

Nove países produtores de vinho subscrevem os Princípios de Stellenbosch para limitar entraves comerciais ligados à sustentabilidade

O quadro voluntário defende regras baseadas na ciência, rótulos digitais e custos de conformidade mais baixos para exportadores e importadores

terça-feira, 17 de novembro de 2026



Os governos de nove países produtores de vinho subscreveram, a 2 de novembro, em Stellenbosch, na África do Sul, um novo conjunto de princípios voluntários para tentar evitar que as políticas de sustentabilidade se transformem em entraves comerciais para o setor do vinho ou criem custos de conformidade desnecessários para produtores e importadores.

O acordo foi alcançado durante a reunião anual do World Wine Trade Group (WWTG), organizada pela África do Sul em Stellenbosch, entre 1 e 4 de novembro. O grupo reúne representantes dos governos e do setor de Argentina, Austrália, Canadá, Chile, Geórgia, Nova Zelândia, África do Sul, Estados Unidos e Uruguai. Fundado em 1998, o WWTG trabalha para facilitar o comércio internacional de vinho através da partilha de informação, do debate sobre regulamentação e de esforços conjuntos para eliminar entraves.

Os princípios adotados a 2 de novembro são conhecidos como Princípios de Stellenbosch. Segundo o WWTG, são voluntários e não vinculativos e destinam-se a orientar os governos na conceção de medidas ambientais e de sustentabilidade que afetem a produção e o comércio de vinho. O objetivo declarado é promover uma

viticultura mais sustentável, evitando restrições injustificadas ao comércio ou distorções involuntárias do mercado.

A iniciativa surge numa altura em que os produtores de vinho enfrentam uma pressão crescente por parte de governos e compradores para cumprirem requisitos ambientais relativos à agricultura, à produção, à embalagem e à divulgação de informação. Para o setor das bebidas, e em particular para os exportadores de vinho, os princípios poderão tornar-se uma referência importante, uma vez que estabelecem uma posição comum sobre certificação, rotulagem digital e regras de conformidade ambiental suscetíveis de afetar o acesso a mercados estrangeiros e os custos das operações transfronteiriças.

O primeiro princípio insta os governos a evitar regras uniformes para todos e custos de conformidade excessivos quando introduzem medidas de sustentabilidade. O documento afirma que as autoridades devem reconhecer que o vinho é produzido em condições agrícolas, climáticas e ambientais distintas e que pode haver mais do que uma forma de alcançar o mesmo objetivo de política pública. Defende sistemas de conformidade baseados nos resultados, em vez de obrigar os produtores a seguir um único método prescrito de cultivo ou produção.

A mesma secção incentiva também os governos a considerar favoravelmente as abordagens utilizadas noutros países, mesmo quando diferem das suas, desde que continuem a cumprir os objetivos da política em causa. Refere que as autoridades devem recorrer a normas, guias e recomendações internacionais, quando existam, exceto se forem ineficazes ou inadequados para o objetivo pretendido. Os princípios apelam ainda aos governos para que evitem impor encargos desnecessários a produtores e importadores, considerem declarações de conformidade dos fornecedores e aceitem sistemas de certificação do setor privado quando seja exigida certificação por terceiros. Apelam também à consideração de opções de avaliação da conformidade por terceiros não governamentais e à limitação das exigências de comunicação de informação ou de diligência devida aos dados estritamente necessários para avaliar a conformidade.

Um dos aspetos mais práticos do documento diz respeito aos rótulos. Os princípios indicam que os governos devem considerar a utilização de rótulos digitais para informação relacionada com a sustentabilidade, incluindo detalhes sobre a eliminação, reutilização e reciclagem das embalagens. Este aspeto poderá ser relevante para os exportadores que procuram cumprir diferentes requisitos nacionais sem terem de redesenhar as garrafas e os rótulos para cada mercado.

Um segundo princípio estabelece que as medidas de sustentabilidade devem basear-se na ciência e no risco. O WWTG afirma que os governos devem utilizar a melhor evidência científica disponível, avaliar o risco de incumprimento e explorar oportunidades para aceitar tecnologias novas e inovadoras que possam simultaneamente apoiar o comércio e reduzir o impacto ambiental da produção de vinho. Refere ainda que as autoridades devem sensibilizar o público para a informação científica sobre o papel que as novas tecnologias vitícolas podem desempenhar na redução dos danos ambientais.

Um terceiro princípio centra-se na transparência e na participação das partes interessadas. O documento insta os governos a notificarem as medidas propostas ao abrigo do Acordo sobre os Obstáculos Técnicos ao Comércio da Organização Mundial do Comércio, a promoverem a participação pública na elaboração da regulamentação e a trabalharem com parceiros comerciais e outras partes interessadas através da cooperação técnica e da partilha de informação.

O documento refere também que, exceto em casos urgentes, os governos devem prever um prazo razoável, nunca inferior a seis meses, entre a publicação de uma nova medida e a sua entrada em vigor. O WWTG afirmou que esse período de transição deverá dar aos viticultores e produtores de vinho dos países exportadores tempo para adaptarem as suas práticas, tendo em conta as diferenças entre épocas de cultivo e a necessidade de proteger o vinho que já tenha sido produzido antes da entrada em vigor das novas regras.